

Bresser fala de nova moratória

RIO — O ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, afirmou, ontem, ser fundamental nesse momento, promover o ajuste interno da economia por meio de medidas duras nas áreas monetária e fiscal, o que implicaria o agravamento da recessão. Em debate sobre "dívida externa", no Fórum Nacional, Bresser voltou a propor a redução unilateral da dívida, com a declaração de moratória, eliminação do comitê de bancos credores e renegociação do pagamento com cada banco, em particular. "Porém, renegociar a dívida sem fazer o ajuste fiscal ao mesmo tempo é mero populismo", acrescentou.

Ernane Galveas, ex-ministro da Fazenda do governo Figueiredo, discordou da afirmação de Bresser de que agora começa a haver "tomada de consciência coletiva de que o acordo de Mailson com o FMI e os bancos deve ser revisto". Para Galveas, Mailson fez "a melhor negociação possível" e classificou a proposta de redução unilateral da dívida de "acadêmica", irreal e de caráter político".

Para Bresser, a única força do Brasil hoje é sua capacidade de não pagar a dívida e isso deve ser usado como pressão para renegociar sua redução. "Os países devedores, porém", lamenta, "acham que têm de ser amáveis com os bancos e evitar entrar em conflito". Ele acredita

que os bancos vão retaliar pouco o Brasil, em reação a uma moratória, porque estão ganhando muito dinheiro com os financiamentos de curto prazo.

CALOTE

Também participante do debate, o ex-presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lengruber, chamou de "calote" a proposta de Bresser Pereira, acrescentando que preferia optar "pelo ajuste externo, porque os custos de redução unilateral são enormes". Com posição mediadora, o ex-ministro do Planejamento do governo Geisel, Reis Veloso, ponderou que o Brasil não pode transferir durante "uma geração inteira", em 30 anos consecutivos, 3,5% dos recursos de seu PIB para pagar os banqueiros estrangeiros. Na sua opinião, a preocupação maior não deve ser com a dívida em si, mas com o fluxo de pagamento anual para os bancos.

REGRAS CLARAS

O economista Paul Singer, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), disse ontem que dentro de uma semana seu partido define se senta ou não à mesa de negociações do pacto social, apresentando um plano de emergência, que está sendo elaborado. Singer participou ontem do debate sobre "Inflação, déficit público e pacto social" e defendeu uma solução

negociada para a inflação, "desde que haja regras claras para resolver os conflitos distributivos da renda, indicando que interesses vão pagar que contas."

Durante o debate, o economista Eduardo Modiano, que ajudou a elaborar o Plano Cruzado, defendeu a proposta de o governo promover um choque dentro do pacto, através de "desindexação tão ambiciosa quanto foi o Cruzado, definindo períodos mais longos de reajustes de preços e salários, inicialmente a cada seis meses e depois a cada ano". Para Modiano, a redução gradual da inflação, como está prevista no pacto, não terá sucesso e só é capaz de postergar a hiperinflação. Com seu ponto de vista concordaram os economistas Carlos Longo, Marcos Cintra e André Lara Resende, todos céticos quanto à possibilidade de liquidar a inflação com a aplicação de redução mensal.

Modiano e Cintra apontam janeiro de 1989 o mês crucial para avaliação dos efeitos do pacto sobre a inflação, mas mostraram-se pessimistas quanto à realização da meta de 25%, definida antecipadamente para dezembro. Com exceção de Paul Singer, que não chegou a detalhar os elementos do pacto, os demais debatedores defendem que o ajuste fiscal deve preceder a política de preços e salários.